



SUMÁRIO EXECUTIVO

As câmeras corporais na Polícia Militar do Estado de São Paulo: processo de implementação e impacto nas mortes de adolescentes

SUMÁRIO EXECUTIVO



As câmeras corporais na Polícia Militar do Estado de São Paulo: processo de implementação e impacto nas mortes de adolescentes

Expediente

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF)

Youssef Abdel-Jelil

Representante do UNICEF no Brasil

Paola Babos

Representante adjunta para Programas do UNICEF no Brasil

Rosana Vega

Chefe de Proteção à Criança do UNICEF no Brasil

Sonia Yeo

Chefe de Comunicação e Parcerias do UNICEF no Brasil

Liliana Chopitea

Chefe de Políticas Sociais, Monitoramento e Avaliação do UNICEF no Brasil

Adriana Alvarenga

Chefe do Escritório do UNICEF em São Paulo

NÚCLEO EDITORIAL | UNICEF

Boris Diechtiareff

Especialista em Monitoramento e Avaliação do UNICEF no Brasil

Danilo Moura

Oficial de Monitoramento e Avaliação do UNICEF no Brasil

Benedito Rodrigues dos Santos

Consultor de Proteção à Criança do UNICEF no Brasil

Mayara Barbosa

Oficial de Comunicação do UNICEF no Brasil

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Ficha institucional

Diretor Presidente

Renato Sérgio de Lima

Diretora Executiva

Samira Bueno

Coordenação de Projetos

David Marques

Coordenação Institucional

Juliana Martins

Supervisão de Núcleo de Dados

Isabela Sobral

Equipe Técnica

Juliana Brandão

Betina Warmling Barros

Dennis Pacheco

Amanda Lagreca Cardoso

Talita Nascimento

Marina Bohnenberger

Thaís Carvalho (estagiária)

Pesquisador associado

Aiala Colares Couto

Supervisão Administrativa e Financeira

Débora Lopes

Equipe Administrativa

Elaine Rosa

Sueli Bueno

Antônia de Araujo

Conselho de Administração

Presidente: Cássio Thyone A. de Rosa

Presidente de honra: Elizabeth Leeds

Conselheiros

Alexandre Pereira da Rocha

Arthur Trindade M. Costa

Daniel Ricardo de Castro Cerqueira

Denice Santiago

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Juliana Lemes da Cruz

Marlene Inês Spaniol

Paula Ferreira Poncioni

Roberto Uchôa

Conselho Fiscal

Lívio José Lima e Rocha

Patrícia de Oliveira Nogueira

Ficha técnica do projeto

Supervisão

Renato Sérgio de Lima

Coordenação

Samira Bueno

Consultor

Alan Fernandes

Equipe

David Marques

Isabela Sobral

Dennis Pacheco

Talita Nascimento

Sumário executivo

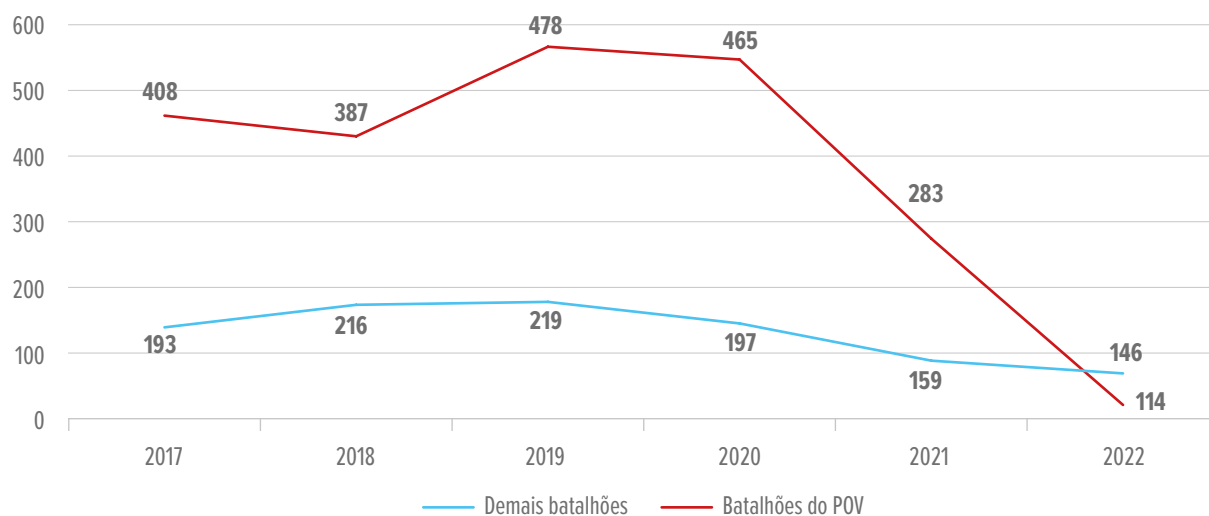
As câmeras corporais na Polícia Militar do Estado de São Paulo: processo de implementação e impacto nas mortes de adolescentes

- ▶ A utilização de câmeras corporais no fardamento tem sido vista como sinônimo de profissionalização das forças policiais. Um relatório do Bureau Justice Statistics¹ publicado em 2018 indicava que, no ano de 2016, 47% das forças policiais dos EUA já utilizavam câmeras corporais, percentual que chegava a 80% nos casos de grandes departamentos de polícia.
- ▶ Em São Paulo, a Polícia Militar deu início a implementação do Programa Olho Vivo em meados de 2020. Até o final de 2022, 62 dos 135 batalhões da PMESP faziam parte do programa², o que representa 45,9% do total.
- ▶ Dados obtidos pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública junto ao sistema *Letalidade Policial em Foco*, mantido pelo Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial (GECEP) do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP), indicam que houve uma **redução de 62,7% nas mortes por intervenções de policiais militares em serviço entre 2019, período imediatamente anterior a implementação das câmeras, e 2022.**
- ▶ **Entre os batalhões que compõem o programa a redução chegou a 76,2%. O número é muito superior ao registrado nos batalhões que não utilizam as câmeras corporais, em que a redução foi de 33,3%.**

1 Body-Worn Cameras in Law Enforcement Agencies, 2016. Disponível em <https://bjs.ojp.gov/library/publications/body-worn-cameras-law-enforcement-agencies-2016>.

2 A adesão ao programa aconteceu aos poucos e cinco datas marcam a entrada de diferentes conjuntos de batalhões. Em agosto de 2020, as câmeras são adotadas nos três primeiros batalhões, todos da Capital. Em junho de 2021, mais 15 batalhões passam a fazer parte do programa, incluindo três Batalhões Especiais de Polícia (BAEP) e o 1º Batalhão de Choque, a ROTA. Em janeiro de 2022, 16 batalhões aderem ao uso das câmeras e, em maio do mesmo ano, são incluídos mais 13 batalhões ao programa. Por fim, em agosto de 2022, mais 15 batalhões passam a utilizar as COP.

GRÁFICO 1: Vítimas de MDIP da PMESP em serviço
por ano - batalhões do programa e demais batalhões (2017-2022)



Fonte: Elaboração própria, com base no relatório Letalidade Policial em Foco, do Ministério Público do Estado de São Paulo.

TABELA 1: Vítimas de MDIP da PMESP em serviço
por ano - batalhões do programa e demais batalhões (2019-2022)

	Demais batalhões	Batalhões do Programa Olho Vivo	Total Geral
2019	219	478	697
2020	197	465	662
2021	159	283	442
2022	146	114	260
Varição (em %)	-33,3	-76,2	-62,7

- ▶ No Brasil, as experiências de adoção de câmeras corporais são recentes e escassas, mas têm sido apontadas como um mecanismo promissor para reduzir a letalidade provocada pelas polícias e fortalecer a confiança da população. Políticas com potencial de impactar a violência policial reverberam também em políticas de proteção contra a violência contra crianças e adolescentes
- ▶ De acordo com o Comitê Paulista Pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, houve quase 1.000 mortes decorrentes de intervenção policial no estado entre 2015 e 2018, em que quem morreu tinha menos de 19 anos; isso representou mais de 1 em cada 3 pessoas mortas pela polícia paulista naqueles anos³.

3 Vidas Protegidas: Por um estado mais seguro para nossos meninos e meninas. Junho, 2019. Em: https://www.pelaavidadeadolescentes.com.br/files/ugd/d89e7e_de3f8a6b27bc48519a128b6afb0d0b71.pdf

- ▶ Assim como no restante do país, 99% das vítimas de intervenções policiais em São Paulo são do sexo masculino, mas uma particularidade do contexto paulista é que elevado percentual das vítimas de intervenções policiais é adolescente. **Em 2017, mais de 1/3 de toda a letalidade provocada por policiais militares no horário de trabalho vitimou crianças e adolescentes** com idade entre 10 e 19 anos (36%).
- ▶ **Entre 2019 e 2022 houve redução de 66,7% no número de adolescentes mortos por policiais militares em serviço.** Em números absolutos, foram 102 adolescentes vítimas de intervenções policiais em 2019, passando a 34 em 2022.

TABELA 2: Vítimas de MDIP da PMESP em serviço
 por faixa etária (2017 a 2022)

Ns. Abs.	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
2017	6	171	208	85	18	2	2
2018	3	146	216	97	30	12	1
2019	2	102	236	138	48	9	4
2020	1	95	214	112	34	9	3
2021	2	42	140	69	31	7	1
2022	1	34	105	46	16	3	1
Variação 2019/2022	-50,0	-66,7	-55,5	-66,7	-66,7	-66,7	-75,0
Variação 2017/2022	-83,3	-80,1	-49,5	-45,9	-11,1	50,0	-50,0

Nota: considera os casos com idade informada na base da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados produzidos pela Coordenadora de Análise e Planejamento da SSP.

- ▶ Em termos de perfil racial, 62,7% eram negros (pretos e pardos), 34,7% eram brancos, 0,1% amarelos, e, em 2,5% a raça/cor da vítima não foi preenchida no BO. **Entre 2019 e 2022, as taxas de mortes pela polícia caíram 66,2% entre brancos e 64,3% entre negros.**

TABELA 3: Taxa de vítimas de MDIP da PMESP em serviço
por raça/cor (2017 a 2022)

	Branca	Negra (pretos e pardos)
2017	0,7	2,7
2018	0,8	2,6
2019	0,9	2,7
2020	0,8	2,6
2021	0,4	1,7
2022	0,3	1,0
Variação 2019/2022	-66,2	-64,3
Variação 2017/2022	-58,3	-63,5

- ▶ Para estimar o total de mortes evitadas pelo programa, comparamos as reduções das médias mensais de MDIP em cada um dos grupos antes e depois da implantação das COP às reduções das mesmas médias nos batalhões sem COP. Neste procedimento, aplicamos o percentual de redução observado nos batalhões não participantes do programa à média mensal dos batalhões do programa antes de sua implantação. Assim, estimamos qual seria o número de mortes esperado em cada grupo de batalhões com COP se a tendência de diminuição fosse a mesma daqueles sem as COP. A diferença entre o número de mortes esperado e o de fato observado representa a redução que poderia ser atribuída ao programa. Através desta técnica, se supormos que toda a redução extra que se deu nos batalhões com COP em relação aos demais foi devida ao uso das câmeras, **estimamos que tenham sido evitadas aproximadamente 184 mortes nos 62 batalhões participantes do Programa Olho Vivo** desde o início da política, em agosto de 2020, até dezembro de 2022.
- ▶ Outro efeito observado após a implementação das COP foi a redução da vitimização de policiais no horário de serviço. **O número de PMs vítimas de homicídio no horário de trabalho passou de 14 em 2019 para 6 em 2022.**
- ▶ Um dos possíveis efeitos da implementação das COP tem relação com a redução dos casos de corrupção e concussão envolvendo policiais que fazem uso deste dispositivo. Policiais corruptos e que adotam práticas ilícitas no horário de trabalho dificilmente o farão se sabem que estão sendo gravados, sob risco de produzirem provas contra si mesmos. Denúncias de corrupção e concussão registradas pela Corregedoria da PMESP apresentaram queda de 37,5% no último ano quando comparado com 2019, período imediatamente anterior à implementação das COP. Já as denúncias de concussão e corrupção registradas pela Ouvidoria das Polícias tiveram 55,3% de redução.

Recomendações

▶ **As câmeras têm que ser uma ferramenta de uma política pública mais ampla**

Em São Paulo, a incorporação das câmeras corporais fez parte de um processo maior. A implantação do Programa Olho Vivo faz parte de um projeto amplo que fortaleceu aspectos de governança, controle e *accountability* na gestão de trabalho da Polícia Militar. A implantação da Comissão de Mitigação de Risco, o uso ampliado das armas de incapacitação neuromuscular e a recriação da Comissão de Letalidade também impactaram a redução da violência policial nos últimos anos e contribuíram para um processo de profissionalização da polícia paulista. A tecnologia não pode ser vista como panaceia para resolver o problema do uso excessivo da força.

▶ **Na adoção de uma política de câmeras corporais, os detalhes são essenciais**

- ▶ Onde a câmera vai ficar na farda faz diferença para que imagens vão ser captadas. A localização usada em São Paulo, junto ao peito, permite um ângulo de captação de imagens privilegiado e na altura adequada para a captação dos eventos de interesse, inclusive do corpo dos policiais;
- ▶ A forma de fixação das câmeras na farda é relevante: o uso de presilhas resistentes, como as usadas em São Paulo, impede desacoplamento acidental;
- ▶ A decisão sobre o que vai ser gravado é essencial; o modelo adotado em São Paulo é de gravação ininterrupta de imagem. Há distinção entre vídeos de rotina (gravados sem acionamento) e vídeos intencionais (acionamento deliberado, que inclui 90 segundos anteriores ao acionamento). As diferenças de resolução, captação de som e tempo de armazenamento entre os tipos de vídeo implicam as possibilidades de uso dessas gravações, e o modelo de armazenamento em nuvem têm implicações, dadas as demandas por espaço geradas pelo volume de material registrado.
- ▶ A cadeia de custódia dos vídeos é importante no desenho da política, especialmente para que as imagens possam ser usadas como prova em processos criminais. Nenhum ator cadastrado para acessar as imagens têm capacidade de editá-las no servidor onde elas ficam armazenadas, o que garante que as informações brutas das gravações não podem ser alteradas. E o sistema de armazenamento das imagens mantém registros de todos os acessos a qualquer imagem, permitindo reconstituir todos os acessos a evidências em casos criminais.

▶ **Ainda há trabalho a ser feito em São Paulo**

Os resultados aparentemente positivos do Programa Olho Vivo até aqui não devem tirar o foco do que ainda precisa melhorar em São Paulo. Por exemplo, precisa acontecer uma melhora na facilidade do acesso do Ministério Público e da Defensoria Pública às imagens, inclusive com assinatura de convênios que deem segurança jurídica a esses atores para usar as gravações. Precisa ser desenvolvida, de forma mais ampla, uma regulamentação específica sobre o acesso a essas imagens também por partes envolvidas em confrontos com a polícia ou suas famílias; há questões éticas importantes. Finalmente, claro, ainda há batalhões onde as câmeras não foram instaladas, e não podemos aceitar 256 mortes decorrentes de intervenção policial em 2022 como rotina. Destaca-se, ainda, que em 2023 houve crescimento da letalidade provocada pela polícia, o que acende um sinal de alerta.

▶ **Identificar e responsabilizar os autores de violências é essencial sempre**

Apesar da redução nas mortes decorrentes de intervenção policial em 2022, ainda foram 256 pessoas mortas por policiais em serviço e 126 por policiais de folga. Para cada uma dessas mortes, como para morte violenta intencional, é preciso um esforço para fortalecer as investigações e oferecer respostas definitivas.

▶ **Na relação com adolescentes, a polícia tem que saber o que faz**

A profissionalização das polícias, em São Paulo e no Brasil, precisa avançar na direção de reconhecer as necessidades diferenciadas de diferentes populações. O desfecho de uma abordagem policial de sucesso, sem uso de violência, está diretamente relacionado com o repertório policial e os instrumentos jurídicos disponíveis ao agente realizando a abordagem. A frequência com que encontros entre policiais e adolescentes escalam para violência é, historicamente, muito maior do que acontece com adultos. Adolescentes são, na média, mais impulsivos do que adultos; têm menos experiência em reconhecer limites em situações de tensão; têm menos mecanismos e habilidades para tentar desescalar discussões e brigas. Tratar adolescentes como se tratam adultos não funciona. A responsabilidade dos agentes de segurança em evitar uso da força é maior.

▶ **Continuar e aprofundar os estudos sobre o tema**

É preciso que continuar a investigar e entender os fatores e políticas que impactam na redução da letalidade policial seja uma prioridade, pois, assim, relações de causa e consequência poderão ser compreendidas de maneira mais aprofundada, possibilitando a criação de políticas públicas cada vez mais robustas para o tema.

SUMÁRIO EXECUTIVO

As câmeras corporais na Polícia Militar do Estado de São Paulo: processo de implementação e impacto nas mortes de adolescentes

SUMÁRIO EXECUTIVO

**As câmeras corporais
na Polícia Militar
do Estado de São Paulo:
processo de implementação
e impacto nas mortes de
adolescentes**